

## ANEXO II

### Modelo de declaração

*[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]*

1 — Maria Fernanda da Silva, titular do BI 9697165, contribuinte 164891870, residente no Bairro D. Pedro I, bloco 2, 2º A, 7520-115 — Sines, adjudicatária no procedimento 2017/300.10.005/663 — Aquisição de Serviços na modalidade de tarefa para o serviço de educação, declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada (28) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Sines, 01/06/17

Maria Fernanda da Silva

MARIA FERNANDA DA SILVA

(\*) (Redação do Decreto-Lei n.º 149/2012, de julho)

(19) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(20) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(21) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(22) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(23) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(24) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

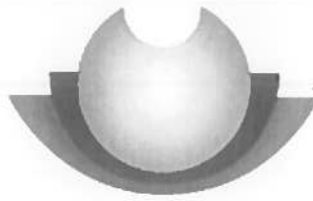
(25) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(26) Declarar consoante a situação.

(27) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(28) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(29) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



## SEGURANÇA SOCIAL

### DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **M FERNANDA SILVA**

Firma/denominação

Número de Identificação de Segurança Social **11075627464**

Número de Identificação Fiscal **164891870**

Número de Declaração **15413931**

Data de emissão **17-05-2017**

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatromeses**, a partir da data de emissão.

Assinatura válida

Digitally signed by Instituto de Informática, I.P.  
Date: 2017.05.17 11:16:57 +0100



**DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA**

## **CERTIDÃO**

Honório das Dores Rodrigues Alves, Chefe do Serviço de Finanças de SINES.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático de gestão e controlo de processos de execução fiscal, que MARIA FERNANDA DA SILVA, NIF 164891870, tem a sua situação tributária regularizada, uma vez que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos, prestações tributárias ou acréscimos legais.

A presente certidão é válida por três meses, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 24º do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão em 17 de Maio de 2017.

O Chefe de Finanças



(Honório das Dores Rodrigues Alves)

**Elementos para validação**

**Nº Contribuinte:** 164891870

**Cód. Validação:** TYS2S93QZFFL

Para validar esta certidão aceda ao site [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt), seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.



DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

**CERTIFICADO DE REGISTO CRIMINAL**  
(CERTIFICATE OF CRIMINAL RECORD)



ALAMEDA DA PAZ, 57,  
7520 110 SINES

(1) Nos termos do artigo 15º do Dec-Lei nº 171/2015, de 25/8, este código de acesso permite: 1. A obtenção do certificado em <https://registrocriminal.justica.gov.pt> e a sua utilização por mais do que uma vez, para a finalidade nele indicada; 2. A respetiva cedência pelo requerente a entidade pública para o mesmo efeito; 3. A comprovação da fidedignidade da informação. (This access code allows obtaining the certificate in <https://registrocriminal.justica.gov.pt> and its use more than one time for the referred purpose, as well as verify the reliability of the information.)

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO APENAS PARA O FIM ACIMA MENCIONADO  
(THIS CERTIFICATE IS VALID JUST FOR THE ABOVE-MENTIONED PURPOSE)

**INDEX SEGUROS SOCIEDADE MEDIACAO SEG**  
R ANTONIO ALEIXO 14 LJ 3  
7520-171 SINES  
Telefone: 269862209

421/18157

 [www.libertyseguros.pt](http://www.libertyseguros.pt) | [geral@libertyseguros.pt](mailto:geral@libertyseguros.pt)  
 808 243 000 | (+351) 213 124 300  
Atendimento Personalizado: 9-17h (dias úteis)  
Atendimento Permanente: 24h/dia

MARIA FERNANDA SILVA

BO D PEDRO 1 BL 2 2 A  
SINES  
7520-115 SINES

Apólice n.º: 69/156287

Recibo n.º: EUW032582975

Data de emissão: 18-03-2017

NIF: 164891870

### O seu seguro encontra-se a pagamento

Estimado Cliente,  
Vimos por este meio informar que se encontra a pagamento o prémio referente à sua Apólice.

Data Início: 18-05-2017

Validade: 92 dias

Data limite de pagamento	18-05-2017
Valor total a pagar	61,43 €

IVA - Regime de isenção ( Art.º 9 N.º 28 do CIVA)

### Discriminação

Prémio Comercial	54,55 €
Selo	2,75 €
SNB / INEM	1,35 €
Fat	2,78 €

### Informações importantes

Para além das formas de pagamento indicadas abaixo, poderá pagar a sua Apólice no Agente.

**INDEX SEGUROS SOCIEDADE MEDIACAO SEGUROS**  
**LDA**  
R ANTONIO ALEIXO 14 LJ 3  
SINES  
7520-171 SINES

Alertamos que, de acordo com a legislação em vigor, a falta de pagamento do prémio ou de qualquer fração deste, até 18-05-2017 implicará o cancelamento do seu contrato de seguro, sem necessidade de aviso adicional.

**Conserve este documento, válido como recibo numa das seguintes situações:**

- autenticado pelos CTT;
- autenticado pela Liberty Seguros, S.A. ou por seu representante;
- acompanhado de recibo do Multibanco.

### Talão de Controlo

Cliente CTT n.º 824

Pagável nas estações dos CTT,  
caixas multibanco e balcões da  
Companhia



Cliente MARIA FERNANDA SILVA

Apólice n.º 69/156287

Recibo n.º EUW032582975



Data de emissão 18-03-2017

Data limite de pagamento 18-05-2017

Reprodução da linha óptica

0002032582975000180579 824 000061436 14

### Talão de Leitura Óptica

EUW032582975  
18157


Entidade	20173
Referência	032 582 975
Valor	61,43 €



Caso pretenda pagar por cheque à ordem de "Liberty Seguros, S.A.", deverá colocá-lo num envelope, acompanhado por este destacável. É obrigatório o envio do destacável. O pagamento só é válido após boa cobrança.

Para o Ramo Automóvel, este documento, depois de devidamente autenticado ou acompanhado do talão do Multibanco, servirá de documento comprovativo da existência de seguro em todo o território português, nos termos da lei vigente, até lhe ser remetido o Certificado Internacional de Seguro (Carta Verde).

Este recibo não prova o pagamento dos anteriores.

RESERVADO À MARCAÇÃO ÓPTICA - NÃO DOBRAR - NÃO ESCREVER - NÃO CARIMBAR - NÃO AGRAFAR

0002032582975000180579 824 000061436 14

VINHETA AFIIXAR PELOS CTT



160111600000 B-3117